

Medicina integrativa

Medicina integrativa é uma abordagem orientada para um sentido mais amplo de cura, que visa tratar a pessoa em seu todo: corpo, mente e espírito. Enfatiza as relações entre o paciente e o médico, e combina tratamentos convencionais e terapias complementares cuja segurança e eficácia tenham sido cientificamente provadas. Esta seção visa informar e atualizar o leitor nessa abordagem.

Marcelo Saad
Paulo de Tarso Lima
Editores da seção

Acesso às terapias complementares cresce no SUS

Roberta de Medeiros¹, Paulo de Tarso Lima²

¹ Bióloga; Doutora em Fisiologia; Professora Titular de Fisiologia do Centro Universitário São Camilo – São Paulo (SP), Brasil.

² Mestre; Fellow in Integrative Medicine pela University of Arizona, Tucson (AZ), Estados Unidos; Membro do Corpo Clínico do Hospital Israelita Albert Einstein – HIAE, São Paulo (SP), Brasil.

No final da década de 1970, a Organização Mundial de Saúde (OMS) criou o Programa de Medicina Tradicional, objetivando a formulação de políticas nessa área. Desde então, em vários comunicados e resoluções, a OMS expressa o seu compromisso em incentivar os Estados-membros a formular e implementar políticas públicas para uso racional e integrado da Medicina tradicional e de terapias complementares nos sistemas nacionais de atenção à saúde, bem como para o desenvolvimento de estudos científicos para melhor conhecimento de sua segurança, eficácia e qualidade. Em 2002, o documento Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional⁽¹⁾ reafirmou o desenvolvimento desses princípios.

No Brasil, a legitimação e a institucionalização dessas abordagens de atenção à saúde iniciaram-se a partir da década de 1980. Algumas ações têm colocado o Brasil na vanguarda das práticas integrativas no sistema oficial de saúde. As experiências brasileiras às vezes são citadas em relatórios da OMS.

O acesso gratuito a práticas complementares de saúde vem crescendo e se tornando mais acessíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). Os pacientes são atendidos principalmente nas Unidades Básicas de Saúde e nos Núcleos de Apoio à Família, além de hospitais. Os

destaques são: acupuntura, homeopatia, plantas medicinais, práticas corporais da medicina tradicional chinesa (*Tai Chi Chuan* e *Lian Gong*), termalismo (uso de águas minerais para tratamento) e medicina antroposófica.

Essas práticas ganharam força com a implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, criada em 2006⁽²⁾. Antes da criação da política, o Ministério da Saúde identificou 230 municípios brasileiros que realizavam alguma prática integrativa e complementar no SUS. Em 2008, pelo menos 1.340 cidades ofereciam alguma prática⁽³⁾.

Além disso, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos financiará seis novos medicamentos fitoterápicos. Desde 2010, os postos de saúde oferecem fármacos produzidos à base de alcachofra, aroeira, casaca sagrada, garra do diabo, isoflavona da soja e unha de gato. Com isso, o número de fitoterápicos financiados pelo SUS passa de dois para oito. Os novos produtos são indicados para o tratamento de problemas como prisão de ventre, inflamações, artrite reumatoide e sintomas do climatério.

O número de atendimentos no SUS tem crescido recentemente. A tabela 1 mostra um exemplo desse crescimento em um período para as duas principais modalidades de terapias complementares. Os dados são do Ministério da Saúde⁽³⁾.

Tabela 1. Crescimento em um período para as duas principais modalidades de terapias complementares

Terapias complementares	Atendimentos		Crescimento (%)
	2007	2008	
Acupuntura	97.240	216.616	122
<i>Lian Gong</i> e <i>Tai Chi Chuan</i>	27.646	126.652	358

O investimento federal também foi incrementado entre 2000 e 2008. A verba para consultas homeopáticas cresceu 383% nesse período, e o investimento em acupuntura teve incremento de 1.420%. O retorno dessas ações pode ser mensurado pelos dados de um estudo da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas. Nessa cidade, o consumo médio mensal de diclofenaco de sódio em 2003 foi de 534.336 comprimidos. No ano seguinte, o consumo mensal aumentou para 601.856 comprimidos e, em 2005, subiu para 644.366 comprimidos.

Em 2006, o SUS passou a oferecer acupuntura (técnica escalpeana de Yamamoto). Nos oito meses iniciais, a média mensal foi de 570.000 comprimidos, havendo uma redução do consumo de 12,5% em relação o ano passado. Em 2007, com a introdução de novos programas em Saúde Integrativa, o consumo mensal baixou para 469.495 comprimidos. Em 2008, o consumo mensal foi de 392.200 comprimidos e, em 2009, baixou para 335.644 comprimidos (Figura 1).

Como conclusão, as terapias complementares integradas ao tratamento convencional de Saúde Pública têm beneficiado milhões de usuários. O Brasil foi sensível à recomendação da OMS, implantou um programa coerente, que recebeu progressivamente mais investimento, e agora colhe resultados bastante animadores dessa parceria inteligente.

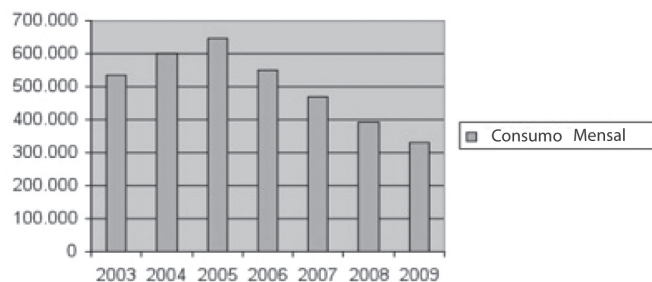


Figura 1. Média do consumo de diclofenaco de sódio na rede SUS em Campinas (informação diretamente cedida pelo Dr. William Hyppolito Ferreira, do Programa Saúde Integrativa da Prefeitura Municipal de Campinas).

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. WHO Traditional Medicine Strategy 2002-2005. Geneva: World Health Organization; 2005.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2006.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Acesso à medicina não convencional cresce no SUS [Internet]. Notícia publicada em 04/01/2010. 2010 [citada 2010 Jun 09]. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=11001